

## **I – REQUERIMENTO**

Elaborado pelo estabelecimento de ensino para o(a) Secretário(a) de Estado da Educação.

## **II – IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE ENSINO**

Indicação do nome do estabelecimento de ensino, de acordo com a vida legal do estabelecimento (VLE).

## **III - PARECER E RESOLUÇÃO DO CREDENCIAMENTO DA INSTITUIÇÃO**

## **IV - JUSTIFICATIVA**

Em meados de 1970, no Brasil, as taxas de natalidade diminuíram ao passo que aumentou a expectativa de vida da população, a qual se encontra, hoje, em torno de 72 a 78 anos (fonte IBGE). Segundo a Organização Mundial da Saúde – OMS, o número de idosos em 2050 quase triplicará.

Ao longo das décadas, a pirâmide demográfica populacional que mantinha sua base formada por jovens e adultos, tem sofrido um estreitamento, revelando assim um novo desenho da pirâmide demográfica a qual apresenta seu ápice correspondente ao número de idosos mais alargados.

Nesse sentido, a população idosa carece de cuidados relacionados à saúde, próprios do processo de envelhecer, além daquelas relacionadas às patologias, as quais causam maior índice de morbimortalidade, como as doenças do aparelho cardiovascular, diabetes, quedas e traumas, etc.

A enfermagem no Brasil tem percebido essa mudança no perfil demográfico da população e deparam fortemente com a necessidade de ampliar seus conhecimentos para o cuidado da população acima de 60 anos. Os cuidados de saúde para essa faixa etária da população exigem profissionais com habilidades de comunicação, empatia, capacidade de cuidar de forma holística de pessoas com necessidades de saúde específicas. Nesse cenário, amplia-se a necessidade e a possibilidade de formar profissionais capazes de lidar com a nova realidade e prepará-los para se situar no mundo contemporâneo e dele participar de forma proativa na sociedade e no mundo do trabalho.

Um Curso de Especialização Técnica de Enfermagem de Nível Médio em Saúde do Idoso, vinculado ao curso Técnico em Enfermagem, corroborará para o desempenho profissional, visando atender a demanda populacional idosa, a qual requer cada vez mais cuidados específicos, como: dificuldades de audição, locomoção e de manter ações básicas de autocuidado, minimizando possíveis danos à saúde com ações preventivas e curativas aos idosos. Dessa feita, o referido curso elevará os conhecimentos acerca do processo de envelhecimento, oportunizando ao profissional em enfermagem, técnicas humanizadas para os cuidados com o idoso enfermo ou não, além de ações relacionadas à promoção da saúde visando à melhoria da qualidade de vida.

Outro aspecto relevante é quanto à natureza social do pretendido Curso de Especialização Técnica de Enfermagem de Nível Médio em Saúde do Idoso, uma vez que dá ao Técnico em Enfermagem possibilidades de executar funções de apoio às famílias de idosos, às instituições que abrigam idosos, além de desenvolver habilidades para lidar com pessoas, capacidade de comunicação e visualizar e aperfeiçoar técnicas de cuidados essenciais ao idoso. Tais características fazem com que os profissionais formados nessa área possam trabalhar em vários segmentos do

mercado, contribuindo para o desenvolvimento da economia local, garantindo aos egressos do Curso Técnico Enfermagem maior empregabilidade.

#### REFERÊNCIAS:

**BRASIL.** Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. Plano de ações estratégicas para o Enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) no Brasil 2011 – 2022. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

#### V - OBJETIVOS

- a. Especializar profissionais técnicos de nível médio, suprimindo a demanda por educação continuada na área de ambiente e saúde para prestação de serviços integrais, focados nas necessidades da pessoa idosa.
- b. Ampliar conhecimentos para o desempenho profissional no atendimento da pessoa idosa.
- c. Desenvolver ações que promovam a qualidade de vida da pessoa idosa, utilizando atividades físicas, lúdicas/lazer e atividades de grupo com vistas à prevenção e conservação da vida do ser humano.

#### VI – DADOS GERAIS DO CURSO

**Curso:** Especialização Técnica de Nível Médio em Saúde do Idoso

**Habilitação Profissional a que se vincula:** Curso Técnico em Enfermagem

**Eixo Tecnológico:** Ambiente e Saúde

**Carga Horária Total:** 304 HORAS

**Regime de Funcionamento:** de 2ª a 6ª feira, no período noturno.

**Numero de Vagas:** 35 por turma

**Período de Integralização do Curso:** mínimo de 01 (um) semestre letivo e máximo de 04 (quatro) semestres letivos.

**Regime de Matrícula:** Semestral

**Requisitos de acesso:** Conclusão de Curso Técnico em Enfermagem

**Modalidade de Oferta:** Presencial.

## **VI - PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO DE CURSO**

O Especialista Técnico de Nível Médio em Saúde do Idoso é o profissional com formação técnica em Enfermagem que atuará como cuidador de idosos, no que concerne aos cuidados com a higiene, ao conforto e à alimentação, observando possíveis alterações no estado geral da pessoa idosa, ao zelo pela integridade física, aos procedimentos com primeiros socorros, bem como à promoção de atividades de entretenimento voltadas para o idoso em hospitais, casas de repouso, clubes da terceira idade e acompanhamento domiciliar.

## **VIII - ORGANIZAÇÃO CURRICULAR CONTENDO AS INFORMAÇÕES RELATIVAS À ESTRUTURA DO CURSO:**

### **a. Descrição de cada disciplina contendo Ementa**

#### **1.DISCIPLINA: Anatomia e Fisiologia Humana – (3058)**

**Carga horária total: 32 h**

**Ementa:** Dispõe do estudo morfofuncional dos sistemas orgânicos que constituem o corpo humano, dando ênfase ao processo de envelhecimento.

<b>CONTEÚDO ESTRUTURANTE</b>	<b>CONTEÚDOS BÁSICOS</b>
<b>1. Sistemas do corpo humano</b>	1.1 Sistema Nervoso 1.2 Sistema Respiratório 1.3 Sistema Circulatório 1.4 Sistema Digestório

	1.5 Sistema Osteomuscular 1.6 Sistema Urinário 1.7 Sistema endócrino
<b>2. Processo do Envelhecimento Humano</b>	2.1 Introdução a Gerontologia 2.2 Demografia e epidemiologia do envelhecimento

### **Bibliografia**

LOPES, Andrea. Os desafios da Gerontologia no Brasil. 2.<sup>a</sup> ed. Editora Alínea: Campinas, 2010.

CADERNOS DE ATENÇÃO BÁSICA N.º 19. Envelhecimento e saúde da pessoa idosa. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2007.

VICINI, Giulio. Abraço afetuoso em corpo sofrido: saúde integral para idosos. 3.<sup>a</sup> ed. Editora SENAC: São Paulo, 2012.

ENVELHECIMENTO, FINITUDE E CUIDADOS PALIATIVOS. Portal do envelhecimento. Disponível em <  
<http://www.portaldoenvelhecimento.com/finitude/item/3816-envelhecimento-finitude-morte-e-cuidados-paliativos>> Acesso em 7 ago 2017.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Saúde do Paraná. Superintendência de atenção à Saúde. Linha Guia da Saúde do Idoso. – 1 ed. – Curitiba: SESA, 2017.

Santos, Nivea Cristina Moreira. Anatomiae fisiologia humana – 2<sup>a</sup> edição, São Paulo, Etica, 2014

### **2. DISCIPLINA: Cuidados com a pessoa idosa – (3286)**

**Carga horária total: 64h**

Ementa: Atender as necessidades humanas básicas do idoso, com relação a higiene, conforto, repouso, alimentação, e sua saúde física, atividades de lazer, lúdicas, atividades em grupo e atividade física.

CONTEÚDO ESTRUTURANTE	CONTEÚDOS BÁSICOS
<b>1. Necessidades Básicas do Idoso</b>	1.1 Cuidados com a Higiene
<b>2. Saúde física do idoso</b>	2.1 Atividade física e exercícios 2.2 Atividades lúdicas e de lazer 2.3 Atividades de grupo

### **Bibliografia**

WITTER, Geraldina Porto. Envelhecimento: referencias teóricas e pesquisas. Editora Alínea: Campinas, 2006.

KAWAMOTO, Emília Emi. Enfermagem comunitária. 2.<sup>a</sup> ed. atualizada e ampliada. E.P.U.: São Paulo, 2009.

MURTA, Genilda Ferreira. Saberes e práticas: guia para ensino e aprendizado de enfermagem. 6.<sup>a</sup> ed. V. 4. Editora Difusão: São Caetano do Sul, 2010.

LITVOC, Júlio. BRITO, Francisco Carlos de. Envelhecimento: prevenção e promoção da saúde. Editora Atheneu: São Paulo, 2004.

CADERNOS DE ATENÇÃO BÁSICA N.º 19. Envelhecimento e saúde da pessoa idosa. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2007.

### **3. DISCIPLINA: Qualidade de Vida – (1019 )**

**Carga horária total: 64h**

Ementa: Estudo das dimensões socioeconômicas, ambientais, éticas, biológicas e psicológicas relacionadas a esse fenômeno de natureza multifatorial, avaliando a preservação da capacidade funcional.

<b>CONTEÚDO ESTRUTURANTE</b>	<b>CONTEÚDOS BÁSICOS</b>
<b>1 Bem-Estar psíquico-social</b>	1.1 Atividades instrumentais da vida diária, funcionalidade global. 1.2 Ética no cuidado com o idoso. 1.3 Comunicação do idoso, capacidade cognitiva 1.4 Interação Social

### **Bibliografia**

WITTER, Geraldina Porto. Envelhecimento: referencias teóricas e pesquisas. Editora Alínea: Campinas, 2006.

CIANCIARULLO, Tamara I. Saúde na família e comunidade. Ícone Editora: São Paulo, 2011.

### **4. DISCIPLINA: Política de Atenção Integral a Saúde – (3153)**

**Carga horária total: 32 h**

Ementa: Políticas públicas e privadas de atenção à população idosa brasileira. Política nacional do Idoso, Estatuto do Idoso, diretrizes operacionais do pacto pela vida em defesa do SUS. Plano Internacional para a saúde do idoso.

CONTEÚDO ESTRUTURANTE	CONTEÚDOS BÁSICOS
1 Política Nacional de Saúde do idoso	1.1 Lei Orgânica da Assistência Social, Constituição Federal/88; Estatuto do Idoso 1.2 Modalidades de atenção à pessoa idosa
2. Responsabilidades para com o idoso.	2.1 Atuação da Família no cuidado ao idoso, Insuficiência Familiar. 2.2. Atribuições do técnico no cuidado ao idoso. 2.3 Negligências e maus tratos à pessoa idosa

### **Bibliografia**

MURTA, Genilda Ferreira. Saberes e práticas: guia para ensino e aprendizado de enfermagem. 6.<sup>a</sup> ed. V. 4. Editora Difusão: São Caetano do Sul, 2010.

CIANCIARULLO, Tamara I. Saúde na família e comunidade. Ícone Editora: São Paulo, 2011.

CADERNOS DE ATENÇÃO BÁSICA N.º 19. Envelhecimento e saúde da pessoa idosa. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2007.

### **5. DISCIPLINA: Atendimento Integral ao Idoso – (2821)**

**Carga horária total: 48 h**

#### **Ementa:**

Síndromes geriátricas: Demências (Alzheimer); insuficiência familiar, Incontinência esfícteriana (urinária e fecal); alteração cognitiva; Instabilidade postural; Depressão; *Delirium*; Imobilidade; Iatrogenia, Fragilidade física; Vulnerabilidade social

CONTEÚDO ESTRUTURANTE	CONTEÚDOS BÁSICOS
<b>1 Avaliação</b>	1.1 Fragilidade e vulnerabilidade
<b>2. Multidimensional do idoso</b>	2.1 Identificação do Idoso de risco, estratificação de risco 2.2 Síndromes geriátricas.
<b>3. Farmacologia</b>	3.2 Polifarmácia; 3.3 Iatrogenia; 3.4 Cuidados com a medicação;

**BIBLIOGRAFIA:**

PARANÁ, Secretaria de Estado da Saúde do Paraná . superintendência de Atenção à Saúde – **AVALIAÇÃO MULTIDIMENSIONAL DO IDOSO/ SAS** – Curitiba : SESA, 2017.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Saúde do Paraná . superintendência de Atenção à Saúde – **LINHA GUIA DO IDOSO**. – 1. Ed. – Curitiba : SESA, 2017.

**6. DISCIPLINA: Primeiro Socorros – (3255)**

**Carga horária total: 64 h**

Ementa: Epidemiologia de urgência e emergência, segurança do idoso, abordagem no atendimento, pré e intra hospitalar.

CONTEÚDO ESTRUTURANTE	CONTEÚDOS BÁSICOS
<b>1 Urgências e emergências no idoso</b>	1.1 Atendimento pré e intra hospitalar do idoso 1.2 Emergências Clínicas 1.3 Fragilidade física e vulnerabilidade social

	1.4 Trauma, Acidentes Domésticos, Desobstrução de vias aéreas
--	--

**Bibliografia :**

PARANÁ, Secretaria de Estado da Saúde do Paraná . superintend~encia de Atenção à Saúde – **AVALIAÇÃO MULTIDIMENSIONAL DO IDOSO/ SAS** – Curitiba : SESA, 2017.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Saúde do Paraná . superintend~encia de Atenção à Saúde – **LINHA GUIA DO IDOSO**. – 1. Ed. – Curitiba : SESA, 2017.

MURTA, Genilda Ferreira. Saberes e práticas: guia para ensino e aprendizado de enfermagem. 6.<sup>a</sup> ed. V. 4. Editora Difusão: São Caetano do Sul, 2010.

**b. Plano de Estágio NÃO OBRIGATÓRIO com Ato de Aprovação do NRE**

1. Identificação da Instituição de Ensino

- Nome do estabelecimento:
- Entidade mantenedora:
- Endereço (rua, n<sup>o</sup>., bairro):
- Município:
- NRE:

2. Identificação do curso

- Habilitação:
- Eixo Tecnológico:
- Carga horária total:
- Do curso: \_\_\_\_\_ horas
- Do estágio: \_\_\_\_\_ horas

3. Coordenação de Estágio

- Nome do professor (es):
- Ano letivo:

4. Justificativa

- Concepções (educação profissional, curso, currículo, estágio)
- Inserção do aluno no mundo do trabalho
- Importância do estágio como um dos elementos constituintes de sua formação
- O que distingue o estágio das demais disciplinas e outros elementos que justifiquem a realização do estágio

5. Objetivos do Estágio

6. Local (ais) de realização do Estágio

7. Distribuição da Carga Horária (por semestre, período,...)

8. Atividades do Estágio

9. Atribuições do Estabelecimento de Ensino

10. Atribuições do Coordenador

11. Atribuições do Órgão/instituição que concede o Estágio

12. Atribuições do Estagiário

13. Forma de acompanhamento do Estágio

14. Avaliação do Estágio

15. Anexos (se houver)

\* O Plano de Estágio dos estabelecimentos de ensino que ofertam Cursos Técnicos deve ser analisado pelo Núcleo Regional de Educação que emitirá parecer próprio (Ofício Circular nº 047/2004 – DEP/SEED e Instrução nº 028/2010 – SUED/SEED).

**6.4 MATRIZ CURRICULAR**

<b>Matriz Curricular</b>					
<b>Estabelecimento:</b>					
<b>Município:</b>					
<b>Curso: Especialização Técnica de Saúde do idoso</b>					
<b>Forma: SUBSEQUENTE</b>				<b>Implantação gradativa a partir de:</b>	
<b>Turno: Noturno</b>				<b>Carga horária: 304 horas</b>	
				<b>Organização: SEMESTRAL</b>	
<b>DISCIPLINAS</b>			<b>SEMESTRE</b>		<b>Horas</b>
			<b>1º</b>		
			<b>T</b>	<b>P</b>	
1	<b>3058</b>	<b>Anatomia e Fisiologia Humana</b>	16	16	32
6	<b>3286</b>	<b>Cuidados com a pessoa idosa</b>	32	32	64
3	<b>1019</b>	<b>Qualidade de vida</b>	32	32	64
2	<b>3153</b>	<b>Política de atenção integral a Saúde</b>	32		32
4	<b>2821</b>	<b>Atendimento integral ao idoso</b>	32	16	48
5	<b>3255</b>	<b>Primeiros socorros</b>	32	32	64
	<b>Total</b>				<b>304</b>

#### 6.4 a) Matriz Curricular Operacional

Matriz Curricular				
Estabelecimento:				
Município:				
Curso: Especialização Técnica de Saúde do idoso				
Forma: SUBSEQUENTE			Implantação gradativa a partir de:	
Turno: Noturno			Carga horária: 304 horas	
			Organização: SEMESTRAL	
DISCIPLINAS			SEMESTRE	
			1º	
			T	P
1	3058	Anatomia e Fisiologia Humana	1	1
6	3286	Cuidados com a pessoa idosa	2	2
3	1019	Qualidade de vida	2	2
2	3153	Política de atenção integral a Saúde	2	
4	2821	Atendimento integral ao idoso	2	1
5	3255	Primeiros socorros	2	2
	Total		19	

#### c. Descrição das práticas profissionais previstas

Descrever quais as práticas serão realizadas ao longo do curso para efetivação da relação teoria-prática, tais como: palestras, visitas, seminários, projetos, projetos interdisciplinares entre outros.

#### Orientações Metodológicas

##### 1- INTRODUÇÃO

Tomando como referência as “Diretrizes Curriculares da Educação Profissional para a Rede Pública do Paraná”, é importante apresentar os encaminhamentos metodológicos como parte integrante do Plano do Curso de **Especialização Técnica de Nível Médio em Enfermagem em Saúde do Idoso**, para organização das práticas pedagógicas a serem desenvolvidas ao longo do curso.

Considerando que as ações pedagógicas dos professores de acordo com as Diretrizes supracitadas objetivam atender as necessidades dos estudantes, tendo em vista o perfil profissional, o compromisso com a formação profissional e da cidadania, a apropriação dos conhecimentos, a reflexão crítica e a autonomia, faz-se necessário assumir a concepção da Educação Profissional e seus princípios:

### **O trabalho como princípio educativo**

O trabalho enquanto categoria ontológica explica que o homem é diferente dos outros animais, pois é por meio da ação consciente do trabalho, que o homem é capaz de criar a sua própria existência. Portanto, é na relação Homem-Homem e Homem-Natureza, que se situa a compreensão da escola politécnica na Educação Profissional.

A organização curricular integrada da Educação Profissional, considerando a categoria do TRABALHO, agrega como elementos integradores a CIÊNCIA, a CULTURA e a TECNOLOGIA, pois a:

- CIÊNCIA é produção de conhecimentos sistematizados social e historicamente pelo homem.
- CULTURA, o processo dinâmico de criação e representações sociais manifestas pelo homem por meio de símbolos.
- TECNOLOGIA, a construção social que decorre das relações sociais, ou seja, das organizações políticas e econômicas da sociedade. A

tecnologia é “mediação entre ciência (apreensão e desvelamento do real) e produção (intervenção) no real”. (RAMOS, 2004; 2005 apud BRASIL, 2007, p. 44).

Essas dimensões articuladas devem promover o equilíbrio entre atuar praticamente e trabalhar intelectualmente.

Assim, o tratamento metodológico deve privilegiar a relação entre teoria e a prática e entre a parte e a totalidade, fazendo com que haja integração entre os conteúdos nas dimensões disciplinar e interdisciplinar.

### **O princípio da integração**

A integração é o princípio norteador da práxis pedagógica na Educação Profissional e articula as dimensões disciplinar e interdisciplinar

Disciplinar significa os campos do conhecimento que podemos reconhecê-los como sendo os conteúdos que estruturam o currículo – conteúdos estruturantes.

As disciplinas, por sua vez, são os pressupostos para a interdisciplinaridade, na medida em que as relações que se estabelecem por meio dos conceitos da relação teoria e prática extrapolam os muros da escola e, permitem ao estudante a compreensão da realidade e dos fenômenos inerentes a ela para além das aparências:

A interdisciplinaridade, como método, é a reconstituição da totalidade pela relação entre os conceitos originados a partir de distintos recortes da realidade; isto é, dos diversos campos da ciência representados em disciplinas. (RAMOS, 2007)

Assim, os encaminhamentos metodológicos exigem uma organização dos conteúdos que permita aos estudantes se apropriarem dos conceitos

fundamentais das disciplinas no contexto da interdisciplinaridade e da integração.

## 2 ENCAMINHAMENTOS METODÓLOGICOS

Os encaminhamentos metodológicos devem considerar os princípios e concepção da integração, na perspectiva de garantir uma formação politécnica aos estudantes da Educação Profissional.

A politecnia nesse contexto significa dominar os princípios da ciência e as suas diferentes técnicas, no contexto do processo produtivo – TRABALHO, e não no seu sentido restrito do conjunto de muitas técnicas.

Nesse sentido, a intervenção do professor por meio do ato de ensinar deve ser intencional na medida em que ele se compromete com uma educação de qualidade e uma formação profissional para o mundo do trabalho. Assim, é importante ressaltar também o papel da escola e, para tanto, o reafirmamos com Libâneo:

[...] a escola tem, pois o compromisso de reduzir a distância entre a ciência cada vez mais complexa e a cultura de base produzida no cotidiano, e a provida pela escolarização. Junto a isso tem também o compromisso de ajudar os alunos a tornarem-se sujeitos presentes, capazes de construir elementos categoriais de compreensão e apropriação crítica da realidade (LIBÂNEO, 1998, p. 9)

Os conteúdos aqui mencionados não são quaisquer conteúdos, trata-se dos “conhecimentos construídos historicamente e que se constituem, para o trabalhador, em pressupostos a partir dos quais se podem construir novos conhecimentos no processo investigativo e compreensão do real.” (RAMOS, 2005, p.107).

Portanto, como **encaminhamentos metodológicos** indicam-se as proposições apontadas por Marise Ramos:

### **a) Problematização dos Fenômenos**

Trata-se de usar a metodologia da problematização, no sentido de desafiar os estudantes a refletirem sobre a realidade que os cerca na perspectiva de buscar soluções criativas e originais para os problemas que se apresentam a respeito dessa realidade:

*Problematizar*  
*fenômenos – fatos e*

Isso significa:

- Elaborar questões sobre os fenômenos, fatos e situações.
- Responder às questões elaboradas à luz das teorias e conceitos já formulados sobre o(s) objeto(s) estudados – conteúdos de ensino.

### **b) Explicitação de Teorias e Conceitos**

A partir de uma situação problema indicada para reflexão, análise e solução, deixar claro para os estudantes quais conceitos e quais teorias dão suporte para a apreensão da realidade a ser estudada:

*Explicitar*    *teorias*    *e*

Nesse sentido, é importante:

- Localizá-los nos respectivos campos da ciência (áreas do conhecimento, disciplinas científicas e/ou profissionais).
- Identificar suas relações com outros conceitos do mesmo campo (disciplinaridade) e de campos distintos do saber (interdisciplinaridade).

### c) **Classificação dos Conceitos–Conhecimentos**

Os “conhecimentos desenvolvidos na perspectiva da sua utilização pelas pessoas são de **formação geral** e fundamentam quaisquer **conhecimentos específicos** desenvolvidos com o objetivo de formar profissionais”.

*Situar os conceitos como*

Nessa dimensão, estarão os conhecimentos que, uma vez apropriados, permitem às pessoas formularem, agirem, decidirem frente a situações próprias de um processo produtivo. Esses conhecimentos correspondem a desdobramentos e aprofundamentos conceituais restritos em suas finalidades e aplicações, bem como as técnicas procedimentais necessárias à ação em situações próprias a essas finalidades.

### d) **Organização dos Componentes Curriculares e as Práticas Pedagógicas**

As opções pedagógicas implicam em redefinir os processos de ensino, pensando no sujeito que aprende (estudante) de modo a considerar a realidade objetiva (totalidade histórica).

*Organizar os*  
*componentes*

São ações pedagógicas no contexto dos processos de ensino

- *Proposições de desafios e problemas.*
- *Projetos que envolvam os estudantes, no sentido de apresentar ações resolutivas – projetos de intervenção.*
- *Pesquisas e estudos de situações na perspectiva de atuação direta na realidade.*

Os pressupostos que dão suporte ao currículo ancorado nos encaminhamentos metodológicos apresentados, de fato, se diferenciam de um currículo que tem como referência a reprodução de atividades na perspectiva do currículo tradicional que cinde com o princípio da integração. (RAMOS, 2005, p.122)

## REFERÊNCIAS

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos, Para quê?** São Paulo: Cortez, 1998.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. Diferenciais inovadores na formação de professores para a educação especial. In: **Revista Brasileira de Educação profissional e tecnológica**. Brasília: MEC, SETEC, 2008.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes da Educação Profissional: fundamentos políticos e pedagógicos**. Curitiba: SEED/PR, 2006.

\_\_\_\_\_. **Orientações Curriculares para o Curso de Formação de Docentes da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em Nível Médio na Modalidade Normal.** Curitiba: SEED/ PR, 2014.

RAMOS, Marise Nogueira. O projeto de ensino médio sob os princípios do trabalho, da ciência e da cultura. In: FRIGOTTO, G. e CIAVATTA, M. **Ensino Médio: ciência, cultura e trabalho.** Brasília: MEC/SEMTEC, 2004.

\_\_\_\_\_. (org.) **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições.** São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. (org.) **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições.** Concepção do Ensino Médio Integrado, São Paulo, 2007. Disponível em: < [http://www.iiep.org.br/curriculo\\_integrado.pdf](http://www.iiep.org.br/curriculo_integrado.pdf)>. Acesso em 20/07/2015.

## **IX – SISTEMA DE AVALIAÇÃO E CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS, COMPETÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES**

### **1 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM**

#### **1.1 DA CONCEPÇÃO**

Os pressupostos apontados pela legislação indicam uma concepção de avaliação ancorada nos princípios da educação politécnica e omnilateral, que considera o sujeito da aprendizagem um ser histórico e social, capaz de intervir na realidade por meio dos conhecimentos apropriados no seu percurso formativo.

Sendo assim, se a Educação Profissional se pauta no princípio da integração, não se pode e não se deve avaliar os estudantes de forma compartimentalizada. Formação integral significa pensar o sujeito da aprendizagem “por inteiro”, portanto avaliação contextualizada na perspectiva da unidade entre o planejamento e a realização do planejado. Nesse sentido, a avaliação da aprendizagem é parte integrante da prática educativa social.

Além do princípio da integração, a avaliação da aprendizagem nessa concepção, ancora-se também nos princípios do TRABALHO, numa perspectiva criadora ao possibilitar o homem trabalhar com o novo, construir, reconstruir, reinventar, combinar, assumir riscos, após avaliar, e, da CULTURA, pois adquire um significado cultural na mediação entre educação e cultura, quando se refere aos valores culturais e à maneira como são aceitos pela sociedade.

A sociedade não se faz por leis. Faz-se com homens e com ciência. A sociedade nova cria-se por intencionalidade e não pelo somatório de improvisos individuais. E nessa intencionalidade acentua-se a questão: A escola está em crise porque a sociedade está em crise. Para entender a crise da escola, temos que entender a crise da sociedade. E para se entender a crise da sociedade tem-se que entender da sociedade não apenas de rendimento do aluno em sala de aula. Expandem-se, assim, as fronteiras de exigência para os homens, para os professores; caso os mesmos queiram dar objetivos sociais, transformadores à educação, ao ensino, à escola, à avaliação. (NAGEL, 1985, p. 30)

Nessa perspectiva, a avaliação revela o seu sentido pedagógico, ou seja, revela os resultados das ações presentes, as possibilidades das ações do futuro e as práticas que precisam ser transformadas.

## 1.2 DAS DIMENSÕES

A partir da concepção de avaliação anteriormente apresentada, decorrem as práticas pedagógicas, em uma perspectiva de transformação, onde as ações dos professores não podem ser inconscientes e irrefletidas, mas transparentes e intencionais. Nesse sentido, apresentam-se as três dimensões da avaliação que atendem esses pressupostos:

### a) **Diagnóstica**

Nessa concepção de avaliação, os aspectos qualitativos da aprendizagem predominam sobre os aspectos quantitativos, ou seja, o importante é o diagnóstico voltado para as dificuldades que os estudantes apresentam no percurso da sua aprendizagem. Nesse sentido, é importante lembrar que o diagnóstico deve desconsiderar os objetivos propostos, metodologias e procedimentos didáticos.

A avaliação deverá ser assumida como um instrumento de compreensão do estágio de aprendizagem em que se encontra o aluno, tendo em vista a tomar decisões suficientes e satisfatórias para que possa avançar no seu processo de aprendizagem. (LUCKESI, 1995, p. 81)

Nesse sentido, considerando a principal função da escola que é ensinar e, os estudantes aprenderem o que se ensina, a principal função da avaliação é, nesse contexto, apontar/indicar para o professor as condições de apropriação dos conteúdos em que os estudantes se encontram – diagnóstico.

De acordo com a Deliberação nº 07/99 – CEE/PR:

Art. 1º. - A avaliação deve ser entendida como um dos aspectos do ensino pelo qual o professor estuda e interpreta os dados da aprendizagem e de seu próprio trabalho, com as finalidades de acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos alunos, bem como diagnosticar seus resultados e atribuir-lhes valor.

§ 1º. - A avaliação deve dar condições para que seja possível ao professor tomar decisões quanto ao aperfeiçoamento das situações de aprendizagem.

§ 2º. - A avaliação deve proporcionar dados que permitam ao estabelecimento de ensino promover a reformulação do currículo com adequação dos conteúdos e métodos de ensino.

§ 3º. - A avaliação deve possibilitar novas alternativas para o planejamento do estabelecimento de ensino e do sistema de ensino como um todo. (PARANÁ, 1999, p. 01)

Dessa forma, o professor, diante do diagnóstico apresentado, terá condições de reorganizar os conteúdos e as suas ações metodológicas, caso os estudantes não estejam aprendendo.

### **b) Formativa**

A dimensão formativa da avaliação se articula com as outras dimensões. Nesse sentido, ela é formativa na medida em que, na perspectiva da concepção integradora de educação, da formação politécnica também integra os processos de formação omnilateral, pois aponta para um aperfeiçoamento desses processos formativos seja para a vida, seja para o mundo do trabalho. Essa é a essência da avaliação formativa.

Os pressupostos colocados pela Resolução nº 06/2012 – CNE/CEB, já referenciada, indica uma concepção de educação ancorada no materialismo histórico. Isso significa que a avaliação também agrega essa concepção na medida em que objetiva que a formação dos estudantes incorpore as dimensões éticas e de cidadania. Assim, “o professor da Educação Profissional deve ser capaz de permitir que seus alunos compreendam, de forma reflexiva e crítica, os mundos do trabalho, dos objetos e dos sistemas tecnológicos dentro dos quais estes evoluem”. (MACHADO, 2008, p. 18).

Nesse caso, a avaliação de caráter formativo permite aos professores a reflexão sobre as suas ações pedagógicas e, nesse processo formativo, replanejá-las e reorganizá-las na perspectiva da inclusão, quando acolhe os estudantes com as suas dificuldades e limitações e aponta os caminhos de superação, em um “ato amoroso”. (LUCKESI, 1999, p.168)

### **c) Somativa**

O significado e a proposta da avaliação somativa é o de fazer um balanço do percurso da formação dos estudantes, diferentemente do modelo tradicional de caráter classificatório. O objetivo não é o de mensurar os conhecimentos apropriados, mas avaliar os itinerários formativos, na perspectiva de intervenções pedagógicas para a superação de dificuldades e avanços no processo.

Apesar de a terminologia somativa dar a ideia de “soma das partes”, na concepção de avaliação aqui apresentada, significa que, no processo avaliativo o professor deverá considerar as produções dos estudantes realizadas diariamente por meio de instrumentos e estratégias diversificadas e, o mais importante, manter a integração com os conteúdos trabalhados – critérios de avaliação.

É importante ressaltar que a legislação vigente – Deliberação nº 07/99-CEE/PR, traz no seu artigo 6º, parágrafos 1º e 2º, o seguinte:

Art. 6º - Para que a avaliação cumpra sua finalidade educativa, deverá ser contínua, permanente e cumulativa.

§ 1º – A avaliação deverá obedecer à ordenação e à sequência do ensino aprendizagem, bem como a orientação do currículo.

§ 2º – Na avaliação deverão ser considerados os resultados obtidos durante o período letivo, num processo contínuo cujo resultado final venha incorporá-los, expressando a totalidade do aproveitamento escolar, tomando a sua melhor forma.

O envolvimento dos estudantes no processo de avaliação da sua aprendizagem é fundamental. Nesse sentido, a autoavaliação é um processo muito bem aceito no percurso da avaliação diagnóstica, formativa e somativa. Nele, os estudantes refletem sobre suas aprendizagens e têm condições de nelas interferirem.

### 1.3 DOS CRITÉRIOS

Crítério no sentido restrito da palavra que dizer aquilo que serve de base para a comparação, julgamento ou apreciação. No entanto, no processo de avaliação da aprendizagem significa os princípios que servem de base para avaliar a qualidade do ensino. Assim, os critérios estão estritamente integrados aos conteúdos.

Para cada conteúdo elencado, o professor deve ter a clareza do que efetivamente deve ser trabalhado. Isso exige um planejamento cuja organização contemple todas as atividades, todas as etapas do trabalho docente e dos estudantes, ou seja, em uma decisão conjunta todos os envolvidos com o ato de educar apontem, nesse processo, o que ensinar, para que ensinar e como ensinar.

Portanto, estabelecer critérios articulados aos conteúdos pertinentes às disciplinas é essencial para a definição dos instrumentos avaliativos a serem utilizados no processo ensino e aprendizagem. Logo, estão critérios e instrumentos intimamente ligados e deve expressar no Plano de Trabalho Docente a concepção de avaliação na perspectiva formativa e transformadora.

### 1.4 DOS INSTRUMENTOS

Os instrumentos avaliativos são as formas que os professores utilizam no sentido de proporcionar a manifestação dos estudantes quanto a sua aprendizagem. Segundo LUCKESI (1995, p.177, 178, 179), devem-se ter alguns cuidados na operacionalização desses instrumentos, quais sejam:

1. ter ciência de que, por meio dos instrumentos de avaliação da aprendizagem, estamos solicitando ao educando que manifeste a sua intimidade (seu modo de aprender, sua aprendizagem, sua capacidade de raciocinar, de poetizar, de criar estórias, seu modo de entender e de viver, etc.);

2. construir os instrumentos de coleta de dados para a avaliação (sejam eles quais forem), com atenção aos seguintes pontos:

- articular o instrumento com os conteúdos planejados, ensinados e aprendidos pelos educandos, no decorrer do período escolar que se toma para avaliar;
- cobrir uma amostra significativa de todos os conteúdos ensinados e aprendidos de fato “- conteúdos essenciais;
- compatibilizar as habilidades (motoras, mentais, imaginativas...) do instrumento de avaliação com as habilidades trabalhadas e desenvolvidas na prática do ensino aprendizagem;
- compatibilizar os níveis de dificuldade do que está sendo avaliado com os níveis de dificuldade do que foi ensinado e aprendido;
- usar uma linguagem clara e compreensível, para salientar o que se deseja pedir. Sem confundir a compreensão do educando no instrumento de avaliação;
- construir instrumentos que auxiliem a aprendizagem dos educandos, seja pela demonstração da essencialidade dos conteúdos, seja pelos exercícios inteligentes, ou pelos aprofundamentos cognitivos propostos.

3. [...] estarmos atentos ao processo de correção e devolução dos instrumentos de avaliação da aprendizagem escolar aos educandos:

- a) quanto à correção: não fazer espalhafato com cores berrantes;
- b) quanto à devolução dos resultados: o professor deve, pessoalmente, devolver os instrumentos de avaliação de aprendizagem aos educandos, comentando-os, auxiliando-os a se autocompreender em seu processo pessoal de estudo, aprendizagem e desenvolvimento.

## 1.5 DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO

Em atendimento às Diretrizes para Educação Profissional, definidas pela Resolução nº 06/2012 – CNE/CEB, conforme o artigo 34 a seguir:

A avaliação da aprendizagem dos estudantes visa à sua progressão para o alcance do perfil profissional de

conclusão, sendo contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, bem como dos resultados ao longo do processo sobre os de eventuais provas finais. (MEC, 2012.)

Diante do exposto, a avaliação será entendida como um dos aspectos de ensino pelo qual o professor estuda e interpreta os dados da aprendizagem dos estudantes e das suas ações pedagógicas, com as finalidades de acompanhar, diagnosticar e aperfeiçoar o processo de ensino e aprendizagem em diferentes situações metodológicas.

A avaliação será expressa por notas, sendo a mínima para aprovação – 6,0 (seis vírgula zero), conforme a legislação vigente.

### **Recuperação de Estudos**

De acordo com a legislação vigente, o aluno cujo aproveitamento escolar for insuficiente será submetido à recuperação de estudos de forma concomitante ao período letivo.

#### **1.6 DO APROVEITAMENTO DE ESTUDOS**

##### **a) Critérios**

O aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores deverá constar no Projeto Político-Pedagógico e no Regimento Escolar e ocorrerá nos termos do art. 52 da Deliberação nº 05/13 – CEE/PR, que assim determina:

**Art. 52.** A instituição de ensino poderá aproveitar estudos, mediante avaliação de competências, conhecimentos e experiências anteriores, desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão do respectivo Curso Técnico de Nível Médio e tenham sido adquiridos: I – no Ensino Médio; II – em habilitações profissionais e etapas ou módulos em nível técnico regularmente concluídos nos últimos cinco anos em outros cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio; III – em cursos destinados à formação inicial e continuada ou qualificação profissional de, no mínimo, 160 horas de duração, mediante avaliação específica; IV

– em outros cursos de Educação profissional e Tecnológica, inclusive no trabalho, por outros meios informais ou até mesmo em cursos superiores de graduação, mediante avaliação do estudante; V – por reconhecimento, em processos formais de certificação profissional, realizado em instituição devidamente credenciada pelo órgão normativo do respectivo sistema de ensino ou no âmbito de sistemas nacionais de certificação profissional; VI – em outros países. Parágrafo único. A Avaliação, para fins de aproveitamento de estudos será realizada conforme critérios estabelecidos no Projeto Político-Pedagógico, no Plano de Curso e no Regimento Escolar.

#### **b) Solicitação e Avaliação**

- O interessado deverá solicitar o aproveitamento de estudos mediante preenchimento de requerimento na Instituição de Ensino em que estiver matriculado, considerando o perfil profissional do respectivo curso técnico de nível médio e a indicação dos cursos realizados, anexando fotocópia de comprovação de todos os cursos ou conhecimentos adquiridos.
- A direção da Instituição de Ensino deverá designar uma comissão de professores, do curso técnico, para análise da documentação apresentada pelo aluno e, posterior, emissão de parecer.
- Havendo deferimento, a comissão indicará os conteúdos (disciplinas) que deverão ser estudados pelo aluno a fim de realizar a avaliação, com data, hora marcada e professores escalados para aplicação e correção.
- Para efetivação da legalidade do aproveitamento de estudos será lavrada ata constando o resultado final da avaliação e os conteúdos aproveitados, na forma legal e pedagógica.

#### **REFERÊNCIAS**

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 06/2012**. Brasília: MEC, 2012.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **A Avaliação da Aprendizagem Escolar**: estudos e proposições. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

NAGEL, Lizia Helena. **Avaliação, Sociedade e Escola**: fundamentos para reflexão. Curitiba, Secretaria de Estado da Educação-SEED/PR, 1985.

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação. **Deliberação nº 07/1999**. Curitiba: CEE-PR, 1999.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes da Educação Profissional**: fundamentos políticos e pedagógicos. Curitiba: SEED/ PR, 2006.

## X – ARTICULAÇÃO COM O SETOR PRODUTIVO

A articulação com o setor produtivo estabelecerá uma relação entre o estabelecimento de ensino e instituições que tenham relação com o Curso de Especialização técnica de Nível Médio em Enfermagem em Saúde do Idoso, nas formas de entrevistas, visitas, palestras, reuniões com temas específicos com profissionais das Instituições conveniadas.

**Anexar os termos de convênio firmados com empresas e outras instituições vinculadas ao curso.**

## XI – PLANO DE AVALIAÇÃO DO CURSO

O Curso será avaliado com instrumentos específicos, construídos pelo apoio pedagógico do estabelecimento de ensino para serem respondidos (amostragem de metade mais um) por alunos, professores, pais de alunos, representante(s) da comunidade, conselho escolar, APMF.

Os resultados tabulados serão divulgados, com alternativas para solução.

## **XII – INDICAÇÃO DO COORDENADOR DE CURSO:**

**Deverá ser graduado com habilitação específica e experiência comprovada.**

## **XIII – RECURSOS MATERIAIS**

- a. **Biblioteca:** (em espaço físico adequado e relacionar os itens da bibliografia específica do curso, conter quantidade)
- b. **Laboratório:** indicar o(s) laboratório(s) de Informática e o(s) específico(s) do curso
- c. **Instalações Físicas:** indicar as outras instalações da instituição e ensino, observando os espaços (iluminação, aeração, acessibilidade) e os mobiliários adequados a cada ambiente e ao desenvolvimento do curso
- d. **Equipamentos:** relacionar os equipamentos e materiais essenciais ao curso

## **XIV – INDICAÇÃO DE PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO LABORATÓRIO (quando for o caso)**

**Deverá ser graduado com habilitação específica.**

## **XV – INDICAÇÃO DO COORDENADOR DE ESTÁGIO – (quando for o caso)**

**Deverá ser graduado com habilitação específica e experiência comprovada.**

## **XVI – RELAÇÃO DE DOCENTES**

**Deverão ser graduados com habilitação e qualificação específica nas disciplinas para as quais forem indicados anexando documentação comprobatória.**

#### **XVII – CERTIFICADOS E DIPLOMAS**

- a. **Certificação:** Ao concluir o curso de Especialização Técnica de de Nível Médio em Saúde do Idoso, conforme organização curricular aprovada, o aluno receberá o certificado de Especialização Técnica de Nível Médio em Enfermagem em Saúde do Idoso.
- b. **Diploma:** Não há diplomas para curso de especialização técnica de nível médio.

#### **XVIII – CÓPIA DO REGIMENTO ESCOLAR E/OU ADENDO COM O RESPECTIVO ATO DE APROVAÇÃO DO NRE**

**(A finalidade é constatar as normas do curso indicado no Plano)**

#### **XIX – ANUÊNCIA DO CONSELHO ESCOLAR DO ESTABELECIMENTO MANTIDO PELO PODER PÚBLICO**

**(ATA OU DECLARAÇÃO COM ASSINATURAS DOS MEMBROS)**

#### **XX - PLANO DE FORMAÇÃO CONTINUADA (DOCENTES)**

**(O estabelecimento deverá descrever o plano de formação continuada)**